

Política

politica@correiodopovo.com.br
Editor: Luiz Augusto Kern
Editora assistente: Dulci Emerim

Estratégia de Sartori põe dívida em xeque

■ FLÁVIA BEMFICA

O governo gaúcho conseguiu recolocar a dívida com a União no centro do debate. A estratégia de quitar os salários dos servidores usando R\$ 264 milhões que deveriam ser destinados à parcela de julho da dívida reduziu a tensão e ajudou a diminuir a rejeição à proposta de aumento do ICMS, que segue nesta semana para a Assembleia Legislativa. A viagem do governador José Ivo Sartori a Brasília no mesmo dia do anúncio de que não pagaria a parcela no prazo, com o consequente bloqueio das transferências da União ao Rio Grande do Sul, completou o movimento de tentar transferir parte da responsabilidade pela crise ao governo federal.

Das ruas aos gabinetes do Ju-

dício gaúcho, passando pelos corredores da Assembleia, o assunto da hora são as distorções do contrato da dívida do RS com a União. É cada vez mais forte a tendência de um questionamento judicial. “As vezes, em política, você articula um monte e nada acontece. Já o Sartori, do jeito dele, acabou virando pauta nacional. É tão inevitável a crise do Estado que a estratégia do governador acabou dando certo”, resume o líder do governo na Assembleia Legislativa, deputado Alexandre Postal (PMDB). É uma referência ao fato de Sartori ter conseguido atrair visibilidade nacional com a questão da dívida sem ter articulação com outros estados devedores ou com entidades.

“A decisão de pagar os salá-

rios primeiro foi correta, mas parece que ainda falta para o governo dialogar um pouco mais. O mais indicado seria ter ido a juízo antes para garantir o pagamento dos salários e postergar o pagamento da dívida, de forma a se resguardar juridicamente. Esperamos que o Executivo ainda faça isso”, afirma o presidente da Associação dos Juízes do RS (Ajuris), Eugênio Terra. “A tendência é que o questionamento dos valores funcione como um rastilho de pôlvora. Por isso, talvez o caminho do Judiciário seja um caminho correto”, considerou a senadora Ana Amélia Lemos (PP) após o encontro da bancada gaúcha com o governador em Brasília para tratar da situação financeira.

► As alternativas

■ Refazer contratos assinados com a União

A proposta é encabeçada pela Federação Brasileira de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite). A sugestão é que a atualização monetária pelo IPCA seja o único encargo financeiro sobre os valores emprestados, ficando vedada a cobrança de juros. A alteração seria aplicada retroativamente à data de assinatura dos contratos, devendo o governo federal refazer os cálculos, inclusive dos contratos já quitados, e apresentar, em 120 dias, os valores dos novos saldos devedores, das novas mensalidades, dos prazos restantes para a quitação total da dívida e dos eventuais saldos credores. A proposta ainda estabelece em 5% o limite máximo de comprometimento da Receita Líquida Real para o atendimento das obrigações decorrentes dos contratos feitos.

■ Suspender o pagamento e auditar

A iniciativa está sendo encaminhada na Assembleia pelo deputado Pedro Ruas (PSOL). Ele obteve as 21 assinaturas necessárias para a criação de uma Frente Parlamentar Pela Suspensão do Pagamento da Dívida com a União, que será instalada na segunda-feira. A proposta é de que o RS suspenda o pagamento dos serviços da dívida por seis meses e, durante este tempo, promova a auditagem dos números. A Frente contará com o trabalho de técnicos do Tribunal de Contas do Estado. Ruas defende o questionamento judicial, que, em sua avaliação, deveria ser feito em duas frentes: uma ação questionando a própria existência da dívida e outra pleiteando que os repasses não sejam bloqueados. “Como pode a União usar spread? Como é possível eu ter um débito de R\$ 10 milhões, pagar R\$ 22 milhões e, após 15 anos, ainda dever R\$ 47 milhões?”, questiona.

► A conta*

■ Atualizados a valores de dezembro de 2011, os empréstimos da União para os estados feitos em 1998 somam R\$ 217,6 bilhões. Até dezembro de 2011, os estados pagaram R\$ 205,6 bilhões. E continuaram devendo R\$ 357,4 bilhões. O RS, que tomou R\$ 10 bilhões, pagou R\$ 22 bilhões, mas continua devendo R\$ 47 bilhões.

■ Nos contratos, a União adotou a tabela Price, em desacordo com a Súmula 121 do Supremo, e também a correção pelo IGP-DI, que teve valores muito acima da inflação oficial. Exigiu ainda, como garantia, transferen-

■ Regulamentar lei que altera indexador

Caminho defendido pelo Sindifisco-RS. Os servidores da administração tributária pedem a imediata regulamentação da Lei Complementar 148/2014 e avaliam que, se a Procuradoria Geral do Estado ingressar com ação discutindo o risco institucional gerado pelo desequilíbrio do contrato, vai sensibilizar o Judiciário. “Se durante 15 anos paguei um indexador exagerado, pode ser debatido um reequilíbrio. A discussão judicial faz o debate ser exacerbado, e precisamos disso”, afirma o presidente do sindicato, Celso Malhani. Ele lembra que o pagamento dos serviços da dívida é uma questão contratual, enquanto o pagamento de salários em dia é constitucional. “Em algum momento o Judiciário deverá se manifestar sobre o que tem primazia.”

■ Questionar judicialmente os bloqueios e solicitar diminuição no percentual da receita

É a alternativa apontada pela Ajuris, pelo Ministério Público e por parte da magistratura no Estado. Na última quarta-feira, em almoço na Federaus, o procurador-geral de Justiça do Estado, Marcelo Dornelles, defendeu publicamente que o Executivo ingresse com uma ação judicial junto ao Supremo Tribunal Federal argumentando que a garantia dos salários dos servidores se sobrepõe a outros débitos, como o pagamento dos serviços da dívida. “A ação é neste sentido, de pagar primeiro o que tem caráter alimentar”, emenda o presidente da Ajuris, Eugênio Terra. A entidade defende ainda que o governador se mobilize para uma negociação que diminua o percentual de comprometimento da Receita Corrente Líquida com os serviços da dívida. No caso do RS, o percentual hoje é de 13%.

cias constitucionais e receitas tributárias dos estados. ■ Os contratos não têm cláusula que projete seu equilíbrio econômico-financeiro. A taxa de juros dos contratos, que variou de 6% a 7,5%, foi negociada caso a caso, bem como o comprometimento da receita dos estados, que variou de 11,5% a 15%. Enquanto o IGP-DI + 6,17% (correção prevista nos contratos) teve variação de 589% no período, a arrecadação do ICMS variou 449%. A do IGP-DI sem juros foi de 216%. A da TJLP alcançou 195%. E a inflação medida pelo IPCA foi de 133%.

As manifestações de rua, quando pacíficas, são essenciais para a democracia.
Álvaro Dias (PSDB-PR)
Senador

Relator vai questionar doações

■ O ministro Gilmar Mendes, relator das contas da campanha da presidente Dilma Rousseff no Tribunal Superior Eleitoral, quer saber se sete empresas envolvidas nos desvios de dinheiro da Petrobras fizeram doações ao PT entre 2010 e 2014. Ele tomou a decisão “tendo em vista fatos amplamente noticiados pelos meios de comunicação de que doações ao PT foram feitas com dinheiro de propina.”



AGILIZE A SUA VIDA!
SCANNER DE MÃO DIGIBRAZ II
direto do importador | ligue 51 3361-5959

Taline Oppitz



taline@correiodopovo.com.br

Dia de apreensão para Planalto

Com apenas 8% de aprovação segundo a última pesquisa Datafolha, divulgada no início do mês, em meio a crises financeira e política e por ora sem apresentar capacidade eficiente de reação, lideranças do Planalto e do PT aguardam com ansiedade e preocupação as manifestações marcadas para este domingo em todo o país. Interlocutores, como o ministro da Aviação, Eliseu Padilha, fazem estimativas pessimistas para o governo, de que a adesão aos atos será expressiva. Não por acaso, na última semana, a presidente Dilma Rousseff iniciou uma série de movimentos, concedendo entrevistas e realizando audiências com setores como os movimentos sociais. O resultado das manifestações deste domingo servirá para minimizar ou ampliar o clima desfavorável no terreno político, em meio a desdobramentos na área jurídica, que devem ocorrer nos próximos dias, como no Tribunal de Contas da União, que ampliou o prazo para novas explicações do Planalto em relação às chamadas pedaladas fiscais, e no Tribunal Superior Eleitoral, onde tramita ação do PSDB relativa a supostas irregularidades na campanha de 2014, pela reeleição de Dilma e do vice Michel Temer.

Ainda pior

Além de dar fôlego à oposição, caso a adesão aos protestos deste domingo seja expressiva, o Planalto ficará em situação ainda mais difícil para recompor sua base aliada, decisiva para barrar no Congresso Nacional avanços de projetos com reflexos negativos para o Executivo e outras situações, como as de processos de impeachment, por exemplo.

Munição

■ Líder do PSDB na Assembleia, Zilá Breitenbach irá apresentar em reunião na próxima terça-feira informações detalhadas sobre o parecer do Ministério Público de Contas em relação à prestação de contas do último ano do governo Tarso Genro. As contas foram aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado, mas o MPC havia se posicionado pela rejeição. Zilá buscou mais informações em encontro com o procurador-geral do MPC, Geraldo da Camino, e com o vice-presidente do TCE, conselheiro Marco Peixoto. O texto assinado por Da Camino aponta 43 itens como “passíveis de esclarecimentos” e diz que os mesmos provocaram o “agravamento da situação financeira” do Estado. Entre eles, o aumento de vagas do sistema prisional e pendências financeiras com municípios. As contas precisam ainda ser analisadas pelo plenário da Assembleia e o PSDB quer estar preparado para o embate com o PT.



PEC pode minimizar perdas de estados

O deputado federal Heitor Schuch, do PSB, foi eleito vice-presidente da Comissão Especial destinada a elaborar parecer sobre a PEC que proíbe a criação de imposto incidente sobre insumos agrícolas e pecuários, alimentos para o consumo humano e medicamentos. Segundo Schuch, a ideia é ampliar a discussão da PEC para incluir na proposta mudanças que minimizem as perdas dos estados em decorrência da Lei Kandir. A comissão tem prazo de 40 sessões plenárias para apresentar parecer.

Apartes

■ O ex-senador petista Eduardo Suplicy estará em Porto Alegre, dia 22, para participar de aula pública, às 15h, no Monumento ao Expedicionário, na Redenção. Suplicy falará sobre “O direito à cidade”. ■ O enfrentamento da crise financeira do Estado depende não de iniciativas paliativas, mas de ações estruturais que acabem com distorções como a gerada pelas centenas de servidores que ganham salários acima do teto de R\$ 30.471,00.

*Estudo “A Dívida dos Estados com a União”, da Febrafite/João Pedro Casarotto.